

POLÍTICA INDUSTRIAL MODERNA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Isto É-Senhor, 01/11/89

O Brasil tem três alternativas em relação a seus parceiros internacionais: ou adota uma posição de fechamento e proteção, ou se abre de maneira indiscriminada ao mesmo tempo que conta com a "boa vontade" dos parceiros do primeiro mundo, ou, finalmente, opta pela abertura seletiva com competição.

A política de fechamento e proteção é típica dos estágios iniciais de desenvolvimento. Parte do princípio de que a economia nacional é débil e precisa ser protegida da competição estrangeira. O modelo de substituição de importações, através do qual realizou-se a industrialização brasileira, estava baseado nessa política. O problema é que essa estratégia se esgota necessariamente no tempo. Esgota-se porque logo são substituídos os bens para os quais o mercado interno é suficientemente grande em termos de economias de escala. E esgota-se também porque em breve as empresas protegidas tendem a acomodar-se e não acompanhar o desenvolvimento tecnológico que ocorre no resto do mundo.

A segunda estratégia é suicida. Superestima ou não considera a efetiva capacidade de competição da indústria local. Por outro lado, ignora o fato elementar que os interesses nacionais do Brasil nem sempre coincidem com os interesses de nossos parceiros. Além disso é obviamente uma irresponsabilidade depender da boa vontade de quem quer que seja.

A terceira alternativa - competitividade e abertura seletiva - é a única compatível com o estágio de desenvolvimento do Brasil e a dimensão do seu mercado. Dada nossa dimensão continental nossa abertura comercial, embora grande, não pode ser tão grande quanto a de países pequenos. Por outro lado, a abertura deve realizar-se sob a égide do princípio da competitividade. Abriremos inicialmente nas duas pontas: onde somos bastante competitivos e onde somos muito pouco competitivos. No primeiro caso para vencer a concorrência, no segundo, para sairmos desse mercado e passarmos a importar. Continuaremos relativa e temporariamente fechados nos setores intermediários, onde a competitividade da nossa indústria ainda não está claramente definida.

Duas manifestações recentes de empresários brasileiros colocaram o problema da política industrial em uma dimensão moderna, na linha da alternativa de competitividade com proteção seletiva. Edson Vaz Musa (Folha de S. Paulo, 1.10.89) afirmou que nossa política industrial e tecnológica deve se concentrar nos setores em que tenhamos efetiva capacidade de ser competitivos internacionalmente. E, por definição, isto significa escolher. Olavo Setúbal, por sua vez, falando no Congresso (17.10.89), defendeu modificações na lei de informática, facilitando a realização de joint ventures e tornando menos restritiva a compra de tecnologia.

Uma política industrial e tecnológica no Brasil tem necessariamente que ser seletiva. De um lado é preciso reduzir fortemente o atual nível de proteção, especialmente a proteção não tarifária. De outro é preciso estimular, inclusive com subsídios, os setores que tenham projetos de competitividade internacional muito claros. Preocupações mais de médio prazo como esta podem parecer estranhas em um momento como este, em que a crise de curto prazo e as eleições presidenciais comandam todas as atenções. Mas para sairmos do atoleiro em nos encontramos é preciso saber com clareza para onde caminhar.